



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

Impacto da subida das taxas de juro no orçamento das famílias e das empresas em Portugal

[Impact of rising interest rates on the budgets of households and companies in Portugal]

Projeto de Graduação

[1.º ciclo de estudos em Ciências Empresariais]

Carolina Carneiro

Orientador:

Dra. Fátima Rocha

Junho 2026



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

Impacto da subida das taxas de juro no orçamento das famílias e das empresas em Portugal

[Impact of rising interest rates on the budgets of households and companies in Portugal]

Projeto de Graduação

[1.º ciclo de estudos em Ciências Empresariais]

Carolina Carneiro

Orientador:

Dra. Fátima Rocha

Junho 2026

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Prof. Doutora Fátima Rocha, pelo apoio, disponibilidade e orientação ao longo de todo este trabalho.

À minha família, por estar sempre presente, pelo incentivo e por nunca me deixarem desistir, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos, pelo companheirismo, pela paciência e por tornarem este percurso mais fácil.

.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar o impacto da subida das taxas de juro no orçamento das famílias e das empresas em Portugal, com especial destaque para o período entre 2022 e 2024. O aumento da inflação levou o Banco Central Europeu (BCE) a aumentar as taxas de juro para controlar a subida dos preços. Como consequência, as prestações do crédito à habitação aumentaram, reduzindo o rendimento disponível de muitas famílias e obrigando-as a diminuir o consumo e, em alguns casos, a recorrer às suas poupanças.

O estudo analisa também os efeitos desta situação nas empresas, que passaram a enfrentar maiores custos de financiamento e uma redução do investimento. Em simultâneo, a inflação fez aumentar os custos de produção, dificultando a atividade económica e afetando principalmente as pequenas e médias empresas. Estas alterações tiveram impacto no crescimento da economia portuguesa, verificando-se um abrandamento do consumo, do investimento e do Produto Interno Bruto (PIB).

Para a realização deste trabalho foi utilizada uma metodologia baseada na análise de livros, artigos científicos, relatórios e dados estatísticos de entidades como o Banco de Portugal, o Banco Central Europeu e o Instituto Nacional de Estatística. A interpretação dos resultados foi apoiada na teoria keynesiana, permitindo compreender a relação entre as taxas de juro, o consumo, o investimento e o crescimento económico.

Conclui-se que a subida das taxas de juro teve um impacto significativo nas famílias, nas empresas e na economia portuguesa. Embora a descida gradual das taxas em 2024 tenha contribuído para uma melhoria da situação, muitos dos efeitos ainda continuam a sentir-se, demonstrando a importância da política monetária na estabilidade económica.

Palavras-chave: Taxas de juro; Orçamento familiar; Crédito à habitação; Poupança; Inflação; Famílias portuguesas

Abstract

This study aims to analyse the impact of rising interest rates on the budgets of households and companies in Portugal, with particular emphasis on the period between 2022 and 2024. The increase in inflation led the European Central Bank (ECB) to raise interest rates in order to control rising prices. As a result, mortgage repayments increased, reducing the disposable income of many households and forcing them to reduce their consumption and, in some cases, use their savings to cope with higher expenses.

The study also examines the effects of this situation on companies, which faced higher financing costs and lower levels of investment. At the same time, inflation increased production costs, making business activity more difficult and particularly affecting small and medium-sized enterprises. These changes also had an impact on the growth of the Portuguese economy, leading to a slowdown in consumption, investment and Gross Domestic Product (GDP) growth.

The research was based on a methodology involving the analysis of books, scientific articles, reports and statistical data published by institutions such as the Bank of Portugal, the European Central Bank and Statistics Portugal (INE). The interpretation of the findings was supported by Keynesian theory, which helped explain the relationship between interest rates, consumption, investment and economic growth.

The study concludes that rising interest rates had a significant impact on Portuguese households, companies and the national economy. Although the gradual reduction in interest rates during 2024 contributed to an improvement in the overall situation, many of the effects are still being felt, highlighting the importance of monetary policy in maintaining economic stability.

Keywords: Interest rates; Household budget; Mortgage credit; Savings; Inflation;; Portuguese households.

Índice geral	VII
Resumo	ix
Abstract	xi
Índice de Figuras	xv
Índice de Tabelas	xvii
Lista de Siglas	xix
1. Introdução.....	1
2. Fundamentos da Economia Monetária	3
2.1 Inflação: definição e impactos na economia	3
2.2 Taxas de juro: conceito, tipos e funções.....	3
2.3 Política monetária: objetivos e instrumentos	5
3. Evolução das Taxas de juro	7
3.1 Taxas de juro na Zona Euro: histórico recente.....	7
3.2 Evolução das taxas de juro em Portugal.....	8
3.3 Decisões do Banco Central Europeu e seus efeitos.....	8
4. Impacto da Subida das Taxas de Juro nas Famílias, Empresas e Economia á luz da Teoria Keynesiana	11
4.1 Teoria Keynesiana.....	11
4.2 Impacto das Taxas de Juro nas Famílias Portuguesas	11
4.2.1 Crédito á habitação.....	11
4.2.2 Poupança das famílias	13
4.2.3 Estrutura das Despesas e Efeitos no Consumo	14
4.3 Impacto das taxas de juro nas Empresas	14
4.3.1 Impacto no Investimento Empresarial	15
4.3.2 Inflação, custos Empresariais e Competitividade	16
4.4 Impacto das Taxas de Juro na Economia.....	17

4.4.1 Taxas de Juro, Produção e Crescimento do PIB	17
4.5 Interpretação dos Resultados segundo a Teoria Keynesiana	18
5. Conclusão	19
6. Referências bibliográficas	21

Índice de Figuras

Figura 1-Evolução das taxas de juro na zona Euro	7
Figura 2-Evolução das taxas de juro em Portugal.....	8

Índice de Tabelas

Tabela 1-Efeitos das decisões do BCE.....	9
Tabela 2-Evolução da taxa de juro implícita no crédito à habitação e da prestação média mensal	12
Tabela 3-Taxa de poupança das famílias portuguesas e variáveis macroeconómicas relacionadas	13
Tabela 4-Evolução da taxa de juro nos empréstimos às empresas e variação do investimento empresarial.....	16
Tabela 5-Crescimento real do PIB em Portugal e contexto das taxas de juro	17

Lista de Siglas

BCE: Banco Central Europeu

IHPC: Índice Harmonizado de Preços no Consumidor

1. Introdução

Nos últimos anos, a economia europeia tem passado por um período de grande aumento dos preços. Por causa disso, o Banco Central Europeu (BCE) decidiu aumentar as taxas de juro para tentar controlar essa subida dos preços. No entanto, esta decisão trouxe consequências para muitas pessoas, principalmente para as famílias que têm crédito à habitação com taxa variável.

Em Portugal, muitos créditos à habitação estão ligados à Euribor. Quando as taxas de juro subiram, as prestações da casa também aumentaram bastante. Como resultado disso, as famílias ficaram com menos dinheiro disponível para outras despesas. Isso afetou o consumo, a poupança e a situação de estabilidade financeira das famílias.

Este tema é muito importante na situação que vivemos atualmente, porque muitas famílias portuguesas continuam a sentir os efeitos da subida das taxas de juro no seu orçamento mensal. O aumento das prestações do crédito à habitação, juntamente com o aumento do custo de vida nos últimos anos, tem feito com que as famílias tenham menos dinheiro disponível. Por isso, é importante compreender este fenómeno para perceber melhor as dificuldades que muitas famílias enfrentam e também as consequências que isso pode ter para a economia.

Este tema é importante não só para as famílias, mas também para as empresas. Quando as famílias gastam menos dinheiro, as empresas vendem menos, o que pode reduzir os lucros e tornar difícil o crescimento. Por isso, é um tema atual e com um impacto direto tanto nas famílias como nas empresas.

Assim, a questão a investigar neste trabalho é a de perceber de que forma a subida das taxas de juro afeta o orçamento das famílias portuguesas e que consequências isso tem para a economia e para as empresas.

O objetivo geral será analisar o impacto da subida das taxas de juro no orçamento das famílias portuguesas e perceber de que forma isso influencia o consumo, a poupança e a atividade das empresas.

Para isso, pretende-se:

1. Explicar para que servem as taxas de juro e qual é o seu papel na economia,
2. Analisar como as taxas de juro evoluíram nos últimos anos na Zona Euro e em Portugal,
3. Perceber de que forma essa subida afetou o crédito à habitação e o dinheiro disponível das famílias,

4. Analisar se houve mudanças na maneira como as famílias gastam dinheiro,
5. Analisar se houve mudanças na forma como as famílias poupam dinheiro,
6. Compreender de que forma a diminuição do consumo pode influenciar as empresas,
7. Compreender de que forma a diminuição do consumo pode influenciar o crescimento da economia.

Para realizar este trabalho será utilizada uma metodologia que junta uma abordagem qualitativa e quantitativa. Será feita a consulta de livros, artigos e outros materiais sobre política monetária, inflação e taxas de juro. Também serão analisados dados do Instituto Nacional de Estatística, do Banco de Portugal e do Banco Central Europeu. Além disso, será feita uma comparação das prestações do crédito à habitação antes e depois da subida das taxas de juro, bem como um estudo do impacto da diminuição do consumo nas empresas.

No desenvolvimento do trabalho foi também utilizada inteligência artificial como ferramenta de apoio à estruturação, organização e reformulação de textos. A utilização desta ferramenta teve apenas como objetivo melhorar a clareza e a apresentação dos conteúdos, sendo toda a informação analisada, verificada e validada através das fontes consultadas.

O trabalho será organizado em quatro capítulos. No Capítulo I serão apresentados alguns conceitos importantes para compreender o tema, como a inflação, as taxas de juro e a política monetária. No Capítulo II será analisada a evolução das taxas de juro na Zona Euro e em Portugal, explicando o que aconteceu nos últimos anos e as decisões tomadas pelo Banco Central Europeu.

No Capítulo III será analisado o impacto da subida das taxas de juro no orçamento das famílias portuguesas, olhando para o crédito à habitação, o rendimento disponível das famílias e possíveis mudanças nos hábitos de consumo. No Capítulo IV são explicadas as consequências destas mudanças para as empresas e para a economia, mostrando de que forma a diminuição do consumo pode afetar as vendas das empresas e o crescimento da economia.

Por fim, na conclusão será feito um resumo das principais ideias do trabalho e apresentada a resposta aos objetivos enunciados.

2. Fundamentos da Economia Monetária

A economia resulta da relação entre os preços, os empréstimos e as decisões dos bancos centrais. Para entender como a economia afeta as famílias e as empresas é importante perceber o conceito de inflação, taxas de juro e política monetária. Perceber estes conceitos ajuda a entender melhor o impacto da subida das taxas de juro no orçamento das famílias portuguesas.

2.1 Inflação: definição e impactos na economia

A inflação é definida como o aumento generalizado dos preços dos bens e serviços ao longo do tempo. Não se trata apenas da subida de um produto mas de um aumento global dos preços que resulta numa redução do poder de compra dos consumidores. Isto significa que, com a mesma quantia de dinheiro adquire-se menos bens e serviços. (Banco de Portugal, 2023).

Existem dois tipos de inflação: a inflação por excesso de procura, quando a procura por um bem é maior que a oferta disponível desse bem, e a inflação por aumento dos custos de produção, que provoca um aumento nos preços finais devido a esse aumento dos custos.

Na zona Euro, a inflação mede-se com o Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), permitindo comparar a evolução dos preços entre estados diferentes através do consumo das famílias. A inflação tem impactos na sociedade. Segundo Saharan e Meena (2025), afeta mais as famílias com rendimentos mais baixos que destinam maior parte do seu dinheiro em bens essenciais como a alimentação e energia, que mostram um aumento mais acentuado. Quando os salários não conseguem acompanhar o aumento dos preços, o rendimento das famílias reduz reduzindo também o consumo e obrigando as famílias a recorrer às suas poupanças. (Banco de Portugal, 2023). Quando a inflação se afasta de 2% definida pelo Banco Central Europeu, prejudica o planeamento financeiro das famílias que leva a incertezas quanto ao consumo e o investimento que originam efeitos negativos para o crescimento da economia. (BCE, 2023).

Nos últimos anos, a inflação foi um dos principais fatores de desequilíbrio económico, levando os bancos centrais a intervir através da subida das taxas de juro, tema que será analisado no próximo subcapítulo.

2.2 Taxas de juro: conceito, tipos e funções

A taxa de juro é, o preço do dinheiro. Quando pedimos um empréstimo ao banco pagamos uma taxa de juro, designada como se fosse o custo que temos de pagar por esse serviço, se guardamos dinheiro no banco, recebemos uma taxa de juro como se fosse uma recompensa que o banco nos dá. Como explicam Di Maggio et al. (2017), as taxas de juro são uma das ferramentas que

mais influenciam o consumo, visto que, determinam quando dinheiro fica disponível após pagar as dívidas.

Para entender o impacto na economia, é importante distinguir quatro conceitos fundamentais:

Taxas Nominais vs. Taxas Reais: A taxa nominal é aquela que aparece no contrato do banco (por exemplo, 4%). No entanto, a taxa real é a mais importante, porque retira o efeito da inflação. Quando os preços aumentam mais do que os juros, pedir dinheiro emprestado acaba por ficar mais barato em termos reais.

Taxas Fixas vs. Taxas Variáveis: Na taxa fixa, a prestação é sempre igual. Na taxa variável o valor a pagar sobe ou desce conforme o mercado. Segundo o Banco de Portugal (2022), a economia em Portugal sofre com estas variações porque a maioria das famílias têm crédito com taxa variável.

As taxas de juro funcionam como um “travão” ou um “acelerador” da economia. Quando os juros sobem, o Banco Central está a “carregar no travão”, para tentar diminuir a atividade económica e controlar a inflação. Esse efeito reflete-se em vários aspetos:

Controlo do Consumo e Investimento: Quando os juros sobem, pedir empréstimos fica mais caro e poupar torna-se melhor. Isto faz com que as pessoas e as empresas gastem menos, o que ajuda a baixar a inflação.

Distribuição de Rendimentos: Juros altos beneficiam quem tem poupanças, mas prejudicam quem tem dívidas.

Transmissão da Política Monetária: Como refere o Banco de Portugal (2022), os juros são a principal forma de os bancos centrais influenciarem o consumo, a poupança e o crédito. Se o Banco Central Europeu sobe as taxas, o impacto sente-se rapidamente no orçamento das famílias através da subida das prestações do crédito à habitação.

Se analisarmos pela perspetiva de “acelerador” da economia, acontece precisamente o contrário: quando a economia está parada ou existe risco de deflação, o Banco Central reduz as taxas de juro para incentivar a atividade económica. Essa política tem vários efeitos:

Estímulo ao Consumo: Pedir crédito fica mais barato. As famílias sentem-se mais confiantes para comprar e as prestações dos empréstimos baixam, sobrando mais dinheiro no final do mês.

Impulso ao Investimento: Para as empresas, torna-se viável pedir financiamento para expandir o negócio, comprar máquinas ou contratar pessoal.

Desincentivo à Poupança: Como os depósitos rendem pouco, os investidores preferem gastar ou investir em ativos mais produtivos. Desenvolvendo a ideia de que as taxas de juro estão ligadas à inflação e são um dos instrumentos da política monetária a desenvolver a seguir.

2.3 Política monetária: objetivos e instrumentos

A política monetária é bastante importante para os bancos conseguirem uma melhor gestão da economia. Na Zona Euro, o responsável por estas decisões é o Banco Central Europeu (BCE). O seu objetivo principal não é fazer com que a economia cresça o máximo possível, mas sim garantir que os preços se mantenham estáveis e que a inflação fique próxima dos 2% (BCE, 2023). Para entender melhor existem dois conceitos importantes, relacionados com a subida e descida da taxas de juro.

Política monetária expansionista: Aplica-se quando a economia está fraca e a inflação abaixo da meta, para incentivar as pessoas e as empresas a gastar e investir mais.

Política monetária restritiva: Quando a inflação fica acima do objetivo de 2%, a política usada serve para “abrandar” a economia. O objetivo principal é reduzir o dinheiro disponível das pessoas, incentivar a poupança e diminuir o consumo geral.

O Banco Central para conseguir um melhor controlo sobre os preços utiliza ferramentas que influenciem o dinheiro, sendo elas:

As Taxas de Juro de Referência: Quando a inflação está muito alta, o BCE sobe estas taxas. Isto faz com que os bancos comerciais também subam os juros que cobram aos clientes.

Controlo da Liquidez: O Banco Central pode aumentar ou reduzir a quantidade de dinheiro na economia através da compra e venda de títulos aos bancos.

Quando compra títulos, coloca dinheiro no sistema, o que faz baixar as taxas de juro e facilita o acesso ao crédito. Quando vende títulos, retira dinheiro da economia, o que faz subir os juros e ajuda a travar a inflação.

Em Portugal, este efeito é muito importante. Segundo o Banco de Portugal (2022), as decisões do BCE têm impacto rápido nas famílias, porque muitas têm créditos à habitação com taxas variáveis ligadas à Euribor. Assim, quando as taxas de juro mudam, as prestações da casa também mudam, afetando o rendimento disponível das famílias.

3. Evolução das Taxas de juro

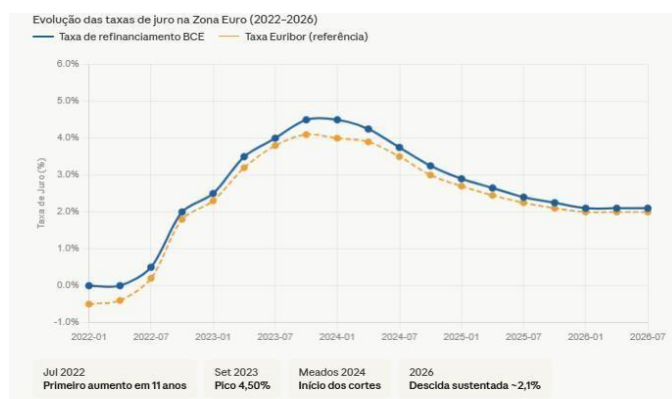
A evolução recente das taxas de juro do BCE pode ser dividida em três fases: Primeiro, houve o fim das taxas muito baixas, que tinham sido usadas durante vários anos. Depois, o BCE aumentou rapidamente as taxas para combater a inflação elevada. Por fim, entrou numa fase mais estável, onde as taxas se mantêm ou descem.

3.1 Taxas de juro na Zona Euro: histórico recente

Depois de alguns anos com taxas de juro negativas, onde a taxa de depósito estava nos -0,50%, o Banco Central Europeu (BCE) começou a aumentar as taxas em julho de 2022, pela primeira vez em 11 anos, como mostra a Figura 1. Esta decisão foi tomada devido ao aumento da inflação na Zona Euro, provocado pela crise energética e pelos problemas nas cadeias de abastecimento após a pandemia (Twinklloo, 2023). Entre julho de 2022 e setembro de 2023, o BCE realizou 10 aumentos consecutivos, fazendo com que a Taxa de Operações Principais de Refinanciamento atingisse os 4,50%, o valor mais elevado desde a criação do euro (Idealista, 2023). A partir de 2024, com a inflação a aproximar-se dos 2%, o BCE começou a reduzir as taxas (Santander, 2025). Estas mudanças tiveram impacto direto no crédito à habitação e nas poupanças das famílias. As taxas Euribor subiram com as decisões do BCE e chegaram a ultrapassar os 4% em 2023. Isso fez aumentar as prestações dos créditos à habitação com taxa variável, reduzindo o dinheiro disponível das famílias (Público, 2023). Em 2026, a Euribor desceu para valores perto dos 2,1%. Os depósitos a prazo voltaram a render algum dinheiro, mas os bancos demoraram mais a subir os juros dos depósitos do que a acompanhar a subida das taxas nos créditos (Santander, 2025).

Figura 1-Evolução das taxas de juro na zona Euro

Fonte: Elaboração própria com recurso a Claude



3.2 Evolução das taxas de juro em Portugal

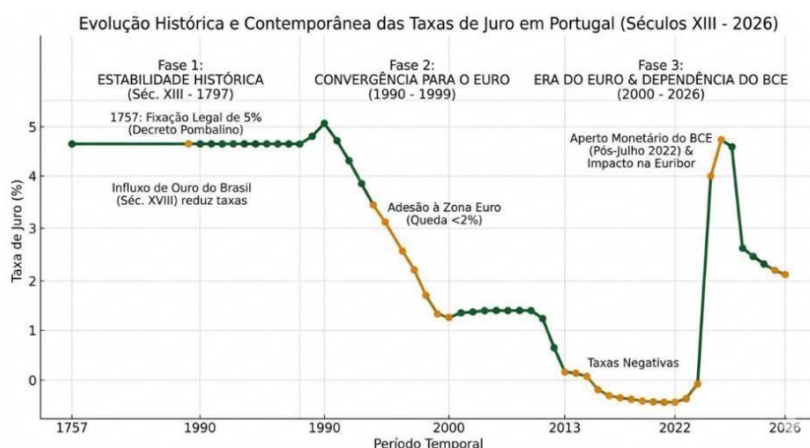
Com a entrada no euro em 1999, Portugal deixou o controlo da política monetária ao Banco Central Europeu (BCE). Durante alguns anos, as taxas de juro baixas facilitaram o acesso ao crédito para as famílias e as empresas, aumentando o consumo e o investimento, mas também o endividamento.

Entre 2013 e 2022, Portugal viveu um período de taxas de juro muito baixas e até negativas, como se pode ver na Figura 2. Esta situação ajudou a reduzir os custos dos empréstimos, mas também diminuiu os lucros dos bancos. Existiu ainda uma diferença entre os juros cobrados nos empréstimos e os juros pagos nas poupanças, enquanto os juros dos créditos aumentaram rapidamente, os juros dos depósitos bancários subiram muito mais devagar.

A partir de julho de 2022, o BCE começou a aumentar as taxas de juro para combater a inflação na Zona Euro, como indica a subida acentuada na Figura 2. Em Portugal, este aumento teve um grande impacto porque muitos créditos à habitação estão ligados à Euribor e a taxas variáveis, fazendo aumentar rapidamente as prestações e reduzindo o dinheiro disponível das famílias no final do mês (PORDATA, 2026).

Figura 2-Evolução das taxas de juro em Portugal

Fonte: Elaboração própria com recurso a LMS Gemini



3.3 Decisões do Banco Central Europeu e seus efeitos

As decisões do BCE têm impacto direto na economia de países como Portugal. Quando o BCE altera as taxas de juro, está a mudar o custo do dinheiro, o que afeta famílias e empresas, como mostra a Tabela 1. O primeiro efeito sente-se no crédito à habitação. Em Portugal, muitos

empréstimos estão ligados à Euribor e a taxas variáveis. Assim, quando o BCE sobe as taxas de juro, as prestações da casa também sobem. Isso deixa as famílias com menos dinheiro disponível, o que leva a uma redução do consumo. As decisões do BCE também afetam os bancos e as poupanças. Quando as taxas sobem, os bancos cobram mais pelos empréstimos e aumentam os seus lucros. No entanto, os juros dos depósitos nem sempre sobem na mesma velocidade. Em Portugal, os bancos costumam demorar mais a aumentar os juros das poupanças quando as taxas sobem, mas baixam-nos mais rapidamente quando as taxas descem, como indica a Tabela 1.

O principal objetivo do BCE é controlar a inflação e manter os preços estáveis. Ao aumentar as taxas de juro, o BCE tenta reduzir o consumo e travar a subida dos preços. Estas decisões também afetam as contas do Estado português, porque taxas mais baixas reduzem os juros da dívida pública, libertando dinheiro para outras áreas como saúde e educação.

Tabela 1-Efeitos das decisões do BCE

Fonte: Elaboração própria com recurso a LMS Gemini

Cenário Monetário	Efeitos Positivos	Efeitos Negativos	Impacto no Consumo e no Estado
Taxas de Juro Baixas <i>(Política Expansionista)</i>	Crédito à habitação mais barato (Euribor baixa). Apoio ao crescimento da economia portuguesa. Estímulo a mais investimento e consumo.	Menor remuneração das poupanças (bancos pagam juros muito baixos nos depósitos) Risco de estimular novamente a inflação (excesso de dinheiro em circulação).	Famílias: Maior rendimento disponível. Estado: Paga menos juros pela dívida pública, libertando recursos para serviços públicos.
Taxas de Juro Altas <i>(Política Contracionista)</i>	Controlo da inflação (principal objetivo do BCE). Tendência para travar a subida generalizada de preços.	Aumento rápido das prestações da casa (créditos com taxa variável). Bancos demoram a subir os juros dos depósitos	Famílias: Obrigadas a reduzir despesas devido ao custo do crédito. Empresas: Menor investimento pelo custo do dinheiro elevado.

4. Impacto da Subida das Taxas de Juro nas Famílias, Empresas e Economia á luz da Teoria Keynesiana

Este capítulo analisa os dados do INE para estudar o impacto que as taxas de juro têm nas famílias portuguesas, com base na teoria keynesiana. O período em análise vai de 2020 a 2026, porque neste intervalo aconteceram mudanças importantes nas taxas de juro. Entre 2020 e 2021, durante a pandemia de COVID-19, as taxas de juro mantiveram-se muito baixas. A partir de 2022, aumentaram devido às decisões do BCE. Mais tarde, começaram a descer, e continuam até à atualidade.

4.1 Teoria Keynesiana

A teoria keynesiana foi criada pelo economista John Maynard Keynes e defende que o desempenho da economia depende principalmente da procura agregada dos bens e serviços por parte das famílias, empresas e do Estado, ou seja, da procura total de bens e serviços por parte das famílias, das empresas e do Estado (Mankiw, 2019). Segundo Keynes (1936), a economia não resolve os problemas sozinha, criando fases onde o desemprego aumenta e o crescimento diminui. Quando as famílias gastam menos, as empresas diminuem o investimento, a atividade económica diminui. Perante isto, Keynes defendia a intervenção do Estado através do aumento da despesa pública, criando um efeito multiplicador na economia, cada euro investido gera rendimento para as famílias, que consomem mais, levando as empresas a produzir e contratar mais (Mankiw, 2019; Blanchard, 2017). Esta teoria ajuda a compreender como as alterações das taxas de juro afetam as famílias. (Keynes, 1936).

4.2 Impacto das Taxas de Juro nas Famílias Portuguesas

4.2.1 Crédito á habitação

O crédito à habitação é a principal dívida das famílias portuguesas e a área onde as alterações das taxas de juro têm maior impacto. Como a maioria dos empréstimos está indexada à Euribor, as decisões do Banco Central Europeu (BCE) refletem-se rapidamente nas prestações pagas pelas famílias.

Na Fase 1 (2020-2021), as taxas de juro estavam em níveis muito baixos devido à pandemia de COVID-19. Em Portugal, os juros do crédito à habitação ficaram abaixo de 1%, permitindo uma redução das prestações. Em fevereiro de 2021, a prestação média atingiu cerca de 319 euros, o valor mais baixo registado pelo INE (2021). **Na Fase 2 (2022-2023)**, a inflação elevada levou o BCE a aumentar as taxas de juro. Como consequência, a Euribor subiu e os créditos à

habitação ficaram mais caros. A taxa de juro média passou de 0,7% em 2021 para 3,6% em 2023, atingindo um máximo de 4,657% em janeiro de 2024 (INE, 2026). **Na Fase 3 (2024-2026)**, com a inflação a diminuir, o BCE começou a reduzir gradualmente as taxas de juro. Em janeiro de 2026, a taxa média do crédito à habitação era de 3,111% e, em abril, situava-se nos 3,077% (INE, 2026).

Os dados da Tabela 2 mostram que as famílias foram bastante afetadas por estas mudanças. Entre 2021 e 2024, a percentagem da prestação destinada ao pagamento de juros aumentou de cerca de 22% para 65%. Por exemplo, uma família com um empréstimo de 150.000€ a 30 anos passou a pagar mais de 300€ por mês. Em janeiro de 2026, quase metade da prestação média (48,9%) correspondia apenas a juros. Nos novos contratos, a prestação média atingia os 676€, tornando a compra de habitação mais difícil, sobretudo para os jovens (INE, 2026).

Tabela 2-Evolução da taxa de juro implícita no crédito à habitação e da prestação média mensal

Fonte: INE — Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação. Elaboração própria, com recurso a Claude

Ano/Período	Taxa implícita (total contratos)	Taxa (novos contratos, 3 meses)	Prestação média (€)	Juros na prestação (%)
2020	~0,8%	~0,6%	~325 €	~25%
2021	~0,7%	~0,5%	319 € (mín.)	~22%
2022	~2,2%	~2,8%	~340 €	~41%
2023	3,6%	4,4%	357 €	~62%
Jan. 2024 (máx.)	4,657%	—	~400 €	~65%
2024 (média)	4,372%	3,349%	404 €	57%
Jan. 2026	3,111%	2,847%	399 €	48,9%
Abr. 2026	3,077%	2,833%	404 €	48,8%

4.2.2 Poupança das famílias

Uma das formas de perceber o impacto das taxas de juro no orçamento das famílias é analisar a evolução da taxa de poupança. De acordo com o INE (2022), a poupança das famílias portuguesas sofreu várias alterações nos últimos anos, acompanhando as mudanças na economia. Durante a pandemia, em 2020 e 2021, a taxa de poupança atingiu valores elevados, de 11,8% e 9,9%, respectivamente. Isto aconteceu porque as famílias gastavam menos devido às restrições da COVID-19 e porque muitas preferiram guardar dinheiro com medo da situação económica. Além disso, os apoios do Estado ajudaram a manter os rendimentos. A partir de 2022, a situação mudou. O aumento da inflação e das taxas de juro trouxe mais dificuldades às famílias para fazer face às despesas do dia a dia. Como resultado, a taxa de poupança desceu para 6,1%, o valor mais baixo desde 1960, mantendo-se próxima desse nível em 2023, com 6,3% (INE, 2024). Esta descida não significa que as famílias tenham começado a gastar mais por opção. Em muitos casos, tiveram de utilizar parte das poupanças acumuladas para suportar o aumento do custo de vida e das prestações do crédito à habitação. Segundo o INE (2024), os rendimentos não aumentaram ao mesmo ritmo que as despesas, o que explica a redução da capacidade de poupança neste período.

Tabela 3-Taxa de poupança das famílias portuguesas e variáveis macroeconómicas relacionadas

Fonte: INE Contas Nacionais e Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação. Elaboração própria, com recurso a Claude

Ano	Taxa de poupança (% RDB)	Taxa de juro implícita	Variação real do consumo privado	Nota
2020	11,8%	~0,8%	-5,0%	Pandemia: consumo cai
2021	9,9%	~0,7%	+4,5%	Reabertura económica
2022	6,1%	~2,2%	+6,8%	Mínimo histórico (desde 1960)
2023	6,3%	3,6%	+1,2%	Abrandamento da poupança
2024	12,5%	4,372%	+1,2%	Recuperação :descida dos juros

Em 2024, conforme mostra a Tabela 3, a taxa de poupança das famílias portuguesas subiu para 12,5%, atingindo o valor mais elevado dos últimos vinte anos, devido à melhoria dos rendimentos das famílias. Segundo o INE, o rendimento disponível das famílias aumentou 7,8%, enquanto o consumo cresceu 6,3%. Contudo, quando se considera o efeito da inflação, verifica-se que o consumo aumentou apenas 1,2% em termos reais. Isto significa que grande parte desse aumento se deveu à subida dos preços e não a um aumento significativo da quantidade de bens e serviços consumidos pelas famílias.

4.2.3 Estrutura das Despesas e Efeitos no Consumo

Para compreender melhor o impacto das taxas de juro no orçamento das famílias, é importante analisar como estas distribuem os seus gastos. A informação utilizada baseia-se no Inquérito às Despesas das Famílias (IDF) 2022/2023 do INE, a fonte mais recente disponível sobre os hábitos de consumo das famílias portuguesas. Foi também utilizado o estudo de Homem e Sousa, realizado com base nos dados do Inquérito aos Orçamentos Familiares de 1994/95. Este estudo analisou a forma como as famílias alteram os seus consumos quando o rendimento aumenta ou diminui. Os resultados mostram que, por cada euro adicional de rendimento, as famílias portuguesas gastam em média cerca de 58 cêntimos em consumo. O estudo conclui ainda que as despesas com habitação são consideradas essenciais. Isto significa que, quando o rendimento disponível diminui, as famílias tendem a manter este tipo de despesa e a reduzir outros gastos. Assim, quando as prestações do crédito à habitação aumentam devido à subida das taxas de juro, muitas famílias são obrigadas a reorganizar o seu orçamento. Como a despesa com habitação é difícil de reduzir, os cortes acabam por ocorrer noutras áreas, como vestuário e calçado, despesas domésticas, saúde, compra de veículos, educação, cultura e restauração.

Segundo os dados do INE (IDF 2022/2023), as famílias portuguesas destinam, em média, 39,3% do seu orçamento à habitação e 12,9% à alimentação. As famílias com menores rendimentos são as mais afetadas pela subida das taxas de juro, uma vez que qualquer redução do rendimento disponível tem um impacto direto na sua capacidade de suportar despesas essenciais.

4.3 Impacto das taxas de juro nas Empresas

As alterações das taxas de juro não afetam apenas as famílias, afetam também as empresas e a economia. Quando o BCE aumenta as taxas de juro, os empréstimos tornam-se mais caros, e dificulta o investimento das empresas e reduz o crescimento económico. Quando as taxas de juro descem, o crédito fica mais barato ajudando no investimento e estimulando a atividade

económica. Este capítulo analisa três efeitos principais da evolução das taxas de juro entre 2020 e 2026, o impacto no investimento das empresas, os efeitos no crescimento do PIB e as consequências da inflação no poder de compra das famílias e das empresas.

4.3.1 Impacto no Investimento Empresarial

O investimento das empresas é um dos principais fatores de crescimento económico. Para adquirir equipamentos, investir em tecnologia, expandir instalações ou desenvolver novos projetos, muitas empresas recorrem ao crédito bancário. Por esse motivo, quando as taxas de juro aumentam, os custos dos empréstimos tornam-se mais elevados e as empresas tendem a adiar ou reduzir os seus investimentos, tendência que pode ser observada na Tabela 5. Em 2024, a taxa de juro média dos novos empréstimos às empresas foi de 4,30%, menos 1,36 pontos percentuais do que os 5,66% registados no início do ano (Banco de Portugal/GEE, 2024), como mostra a Tabela 5. Apesar desta redução, os juros mantiveram-se acima dos valores registados antes de 2022, continuando a representar um custo significativo para as empresas que necessitavam de financiamento. Entre o final de 2022 e o final de 2023, verificou-se uma diminuição da procura de crédito para investimento. Como se pode observar na Tabela 5, em 2023 a taxa de juro atingiu o valor máximo de 5,66%, coincidindo com uma forte quebra na procura de financiamento por parte das empresas. Esta redução esteve diretamente relacionada com o aumento dos custos dos empréstimos (CFP, 2024). Esta situação teve impacto no investimento empresarial. Em 2024, o investimento das empresas cresceu apenas 2,3% em termos nominais, enquanto a economia registou um crescimento de 6,4% no mesmo período, valores também apresentados na Tabela 5 (CFP, 2024). Estes dados mostram que as taxas de juro mais elevadas continuam a influenciar as decisões de investimento das empresas. As pequenas e médias empresas foram as mais afetadas, uma vez que dependem mais do crédito bancário e têm menos alternativas de financiamento. Já as grandes empresas possuem normalmente maior capacidade para obter financiamento através de outras fontes e conseguem adaptar-se melhor a períodos de juros elevados (CFP, 2024). No final de 2024 começaram, contudo, a surgir sinais de recuperação. Pela primeira vez em dois anos, a procura de crédito atingiu um nível considerado neutro, o que sugere que a descida gradual das taxas de juro, visível na Tabela 5, começou a aumentar a confiança das empresas e a incentivar novos investimentos (CFP, 2024).

Tabela 4-Evolução da taxa de juro nos empréstimos às empresas e variação do investimento empresarial

Fonte: Banco de Portugal / GEE e Conselho de Finanças Públicas. Elaboração própria, com recurso a Claude

Ano	Taxa de juro — novos empréstimos às empresas	Variação nominal do investimento empresarial
2020	~1,5%	-13,6%
2021	~1,3%	+4,9%
2022	~3,5%	Recuperação próxima dos níveis de 2008
2023	~5,66% (máx.)	Quebra acentuada da procura de crédito
2024	4,30%	+2,3%

4.3.2 Inflação, custos Empresariais e Competitividade

A inflação elevada entre 2022 e 2023 não afetou apenas as famílias, mas também as empresas. O aumento dos preços da energia, das matérias-primas e dos transportes fez subir os custos das empresas e reduziu as suas margens de lucro. Em Portugal, a inflação foi de 7,83% em 2022, descendo para 4,31% em 2023 e para 2,42% em 2024 (INE / Banco de Portugal, 2024). Em 2022, o aumento da energia (+23,7%) fez crescer bastante os custos das empresas. Em 2023, os preços da energia baixaram 9,0%, o que ajudou a reduzir parte desses custos (INE, 2024). Neste período, as empresas tiveram dois problemas ao mesmo tempo: custos de produção mais altos devido à inflação e aumento das taxas de juro, o que tornou os empréstimos mais caros. As empresas mais endividadas foram as mais afetadas. Algumas empresas conseguiram aumentar os preços para compensar os custos. Outras, em mercados mais competitivos ou com margens reduzidas, tiveram menor rentabilidade. Em 2024, com a estabilização dos preços da energia, os custos das empresas começaram a aproximar-se da normalidade. Em termos de competitividade, o impacto foi menor na zona euro, porque muitos países enfrentam inflação semelhante. No entanto, em comparação com países fora da zona euro com inflação mais baixa, algumas empresas portuguesas podem ter perdido competitividade (INE / Banco de Portugal, 2024; INE, 2024).

4.4 Impacto das Taxas de Juro na Economia

4.4.1 Taxas de Juro, Produção e Crescimento do PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) é um dos principais indicadores utilizados para medir a atividade económica de um país. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) mostram essa evolução ao longo do período. Em 2022, o PIB cresceu 7,0% em termos reais, beneficiando-se ainda da recuperação da economia após a pandemia. Em 2023, o crescimento abrandou para 2,6% e, em 2024, voltou a diminuir para 1,9% (INE, 2025). Esta desaceleração coincidiu com o período de taxas de juro mais elevadas. Em termos nominais, o PIB aumentou 6,3% em 2024, atingindo cerca de 285 mil milhões de euros. A procura interna contribuiu positivamente para este crescimento, com 2,5 pontos percentuais, enquanto a procura externa teve um contributo negativo de 0,6 pontos percentuais (INE, 2025). Estes dados mostram que o crescimento da economia foi impulsionado sobretudo pelo consumo interno, enquanto as exportações enfrentaram maiores dificuldades devido ao abrandamento económico na Europa.

Tabela 5-Crescimento real do PIB em Portugal e contexto das taxas de juro

Fonte: INE — Contas Nacionais. Elaboração própria, com recurso a Claude

Ano	Crescimento real do PIB	Taxa de juro BCE	Contexto
2020	-8,3%	~0%	Pandemia COVID-19
2021	+5,5%	~0%	Recuperação pós-pandemia
2022	+7,0%	Início da subida	Forte recuperação
2023	+2,6%	~4%	Abrandamento com taxas altas
2024	+1,9%	~3,5% (em descida)	Desaceleração

A redução do crescimento económico, de 7,0% em 2022 para 1,9% em 2024, coincide com o período de subida das taxas de juro do BCE, como mostra a Tabela 5. Segundo Keynes (1936), o aumento do custo do crédito reduz o investimento das empresas e contribui para o abrandamento da economia. Como se observa na Tabela 5, o crescimento do PIB diminuiu para 2,6% em 2023 e para 1,9% em 2024. Este abrandamento económico levou a uma menor procura

de bens e serviços, dificultando as vendas e reduzindo o incentivo ao investimento. As empresas mais dependentes do mercado interno foram as mais afetadas, enquanto as exportadoras conseguiram compensar parte destes efeitos através das vendas para o exterior.

4.5 Interpretação dos Resultados segundo a Teoria Keynesiana

Os resultados analisados neste capítulo mostram que a subida das taxas de juro teve efeitos importantes nas famílias, nas empresas e na economia portuguesa. Estes resultados podem ser explicados pela teoria keynesiana, que defende que o consumo das famílias e o investimento das empresas são fundamentais para o crescimento económico (Keynes, 1936). Entre 2022 e 2024, o aumento das taxas de juro fez subir as prestações do crédito à habitação, reduzindo o rendimento disponível de muitas famílias. Como consequência, muitas tiveram de utilizar parte das suas poupanças e reduzir algumas despesas. Os dados mostram que a taxa de poupança caiu para 6,1% em 2022 e que várias famílias passaram a gastar menos em áreas como vestuário, educação, cultura e restauração (INE, 2024). As empresas também foram afetadas. Por um lado, a inflação aumentou os custos de produção. Por outro, a subida das taxas de juro tornou os empréstimos mais caros, dificultando o investimento. As pequenas e médias empresas sentiram mais estes efeitos por dependerem mais do crédito bancário (CFP, 2024).

Segundo Keynes (1936), quando as famílias consomem menos e as empresas investem menos, a atividade económica tende a abrandar. Foi isso que aconteceu em Portugal. O crescimento do PIB passou de 7,0% em 2022 para 2,6% em 2023 e para 1,9% em 2024 (INE, 2025).

Desta forma, os dados analisados confirmam a teoria keynesiana. A subida das taxas de juro reduziu o consumo das famílias, limitou o investimento das empresas e contribuiu para um menor crescimento da economia portuguesa.

5. Conclusão

Este trabalho teve como objetivo analisar o impacto da subida das taxas de juro no orçamento das famílias portuguesas e perceber de que forma isso influenciou o consumo, a poupança e a atividade das empresas. Para isso, foram definidos sete objetivos secundários. O primeiro objetivo era explicar para que servem as taxas de juro e qual é o seu papel na economia. Ao longo do trabalho, ficou claro que as taxas de juro são o principal instrumento de política monetária do Banco Central Europeu (BCE), sendo usadas para controlar a inflação e influenciar o custo do crédito na economia. O segundo objetivo era analisar a evolução das taxas de juro nos últimos anos na Zona Euro e em Portugal. Verificou-se que, após vários anos de taxas próximas de zero, o BCE iniciou uma subida acentuada a partir de 2022 devido à inflação elevada, atingindo valores em torno dos 4% em 2023, com uma descida gradual a partir de 2024. O terceiro objetivo era perceber de que forma essa subida afetou o crédito à habitação e o rendimento disponível das famílias. Concluiu-se que, em Portugal, o impacto foi significativo devido à grande percentagem de créditos à habitação indexados à Euribor. Em 2024, a prestação média rondava os 404€ mensais, sendo mais de metade deste valor destinada ao pagamento de juros, o que reduziu o rendimento disponível das famílias. O quarto objetivo era analisar se houve mudanças na forma como as famílias gastam dinheiro. Os dados mostram que sim. Com menos rendimento disponível, as famílias reduziram despesas em áreas como vestuário, restauração e educação, mantendo as despesas essenciais como habitação e alimentação. O quinto objetivo era analisar se houve mudanças na forma como as famílias poupam dinheiro. A taxa de poupança desceu para 6,1% em 2022, o valor mais baixo dos últimos anos, o que indica que muitas famílias recorreram às poupanças para suportar o aumento das despesas. Só em 2024 a taxa de poupança recuperou para 12,5%, devido à maior incerteza em relação ao futuro. O sexto objetivo era compreender de que forma a diminuição do consumo pode influenciar as empresas. Verificou-se que as empresas são afetadas: por um lado, os custos de produção aumentaram devido à inflação; por outro, o crédito ficou mais caro, reduzindo o investimento. As pequenas e médias empresas foram as mais afetadas, por terem menos alternativas de financiamento. O sétimo objetivo era compreender de que forma a diminuição do consumo pode influenciar o crescimento da economia. Os dados mostram que o crescimento do PIB abrandou de 7,0% em 2022 para 1,9% em 2024. Segundo a teoria keynesiana, quando as famílias consomem menos, a atividade económica tende a abrandar. Em termos de limitações, este trabalho baseou-se sobretudo em dados gerais, o que não permitiu analisar com mais detalhe as diferenças entre famílias com características diferentes.

No futuro, seria interessante analisar de forma mais aprofundada como as taxas de juro afetam diferentes tipos de famílias. Também seria relevante estudar os efeitos da descida das taxas de juro no consumo e na poupança das famílias portuguesas nos próximos anos.

6. Referências bibliográficas

Banco de Portugal. (2023). *Relatório de Estabilidade Financeira – Junho de 2023*. Lisboa: Banco de Portugal. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/publicacao/relatorio-de-estabilidade-financeira-junho-2023>

Saharan, D., & Meena, R. (2025). The Impact of Inflation on Income Inequality: A Global Perspective. *International Journal of Social Impact*

Di Maggio, M., Kermani, A., Keys, B. J., Piskorski, T., Ramcharan, R., Seru, A., & Yao, V. (2017). Interest rate pass-through: Mortgage rates, household consumption, and voluntary deleveraging. *The American Economic Review*, 107(11), 3550–3588. Disponível em: [Interest Rate Pass-Through: Mortgage Rates, Household Consumption, and Voluntary Deleveraging](#)

Banco de Portugal. (2022). The transmission of monetary policy to the Portuguese economy. *Economic Bulletin*, Vol. VIII, No. 2. Disponível em: <https://www.bportugal.pt/publicacao/boletim-economico-maio-2022>

European Central Bank. (2023). *What are interest rates?*. Explainer Series. Disponível em: https://www.google.com/search?q=https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/explainers/show-me/html/interest_rates.pt.html

Banco Central Europeu (BCE) – Estratégia e Objetivo dos 2% Disponível em: [What is monetary policy?](#)

Boivin, Kiley e Mishkin (2010) – Teoria do Mecanismo de Transmissão Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/feds/2010/201026/201026pap.pdf>

Banco Central Europeu. (2026). *Official interest rates*. [Principais taxas de juros do BCE](#)

Tavares, F., Pereira, E., & Moreira, A. (2014). The Portuguese residential real estate market: An evaluation of the last decade. *Panaeconomicus*, 61, 739-757. (Dados obtidos via Consensus AI).

Banco de Portugal (BdP). (2024-2026). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Lisboa: Banco de Portugal.

Banco de Portugal. (2023). *Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito*. Banco de Portugal. https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bls_pt_202307.pdf

Idealista. (2023). *Pausa dos juros do BCE vai dar tréguas na Euribor e prestações da casa?* Disponível em: <https://www.idealista.pt/news/financas/credito-a-habitacao/2023/10/27/60052-juros-do-bce-em-4-5-vao-dar-treguas-na-euribor-e-prestacoes-da-casa>

Público. (2023). *Como o uso da Euribor expõe mais Portugal às subidas de juros do BCE*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2023/04/01/economia/noticia/uso-euribor-expoe-portugal-subidas-juros-bce-2044625>

Santander. (2025). *Euribor: o que é e como a subida desta taxa o afeta*. Disponível em: <https://www.santander.pt/salto/euribor-o-que-e>

Twinklloo. (2023). *O que mudou para as famílias desde que o BCE subiu os juros?* Disponível em: <https://www.twinklloo.pt/bce-sobe-juros-impacto-orcamento-familiar>

PORDATA. (2026). *Taxas de juro do BCE e taxas de juro de retalho (depósitos e empréstimos)*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em: [Portugal: Consumo final das famílias no território económico: total e por tipo de bens e serviços | Pordata](#)

Trading Economics. (2026). *Euro Area Interest Rate*. [Taxa de Juros em Portugal](#)

Doutor Finanças. (2026). *Taxas de juro em 2026: previsões, Euribor e impacto*. [Taxas de juro em 2026: previsões, Euribor e impacto - Doutor Finanças](#)

DS Barreiro Fidalguinhos, Imóveis que Marcam®. (2026). *Taxas Euribor Atualizadas 2026 | 1M, 3M, 6M, 12M*. Obtido de [Taxas Euribor Atualizadas 2026 | 1M, 3M, 6M, 12M | DS Barreiro Fidalguinhos — Imóveis que Marcam®](#)

- Doutor Finanças. (2026). *Como é que a Euribor afeta o meu crédito?*
<https://www.doutorfinancas.pt/creditos/credito-habitacao/como-e-que-a-euribor-afeta-o-meu-credito/>
- Ali, M., Naqi, S., & Habib, M. (2023). O estudo "Desvendando o Impacto: Avaliando os Impactos do Aumento das Taxas de Juros e da Inflação nas Finanças Individuais"
[https://doi.org/10.36902/sjesr-vol6-iss2-2023\(56-62\)](https://doi.org/10.36902/sjesr-vol6-iss2-2023(56-62)).
- INE — Instituto Nacional de Estatística (2026). Taxas de Juro Implícitas no Crédito à Habitação [Keynesianismo: o que é, resumo, características - Mundo Educação](#)
- INE — Instituto Nacional de Estatística (2024). Taxa de Poupança das Famílias 2023 [2.1 Recuperação do rendimento disponível das famílias](#)
- INE — Instituto Nacional de Estatística (2022). Inquérito às Despesas das Famílias 2022/2023. Lisboa: INE.
https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=673105441&att_display=n&att_download=y
- Banco de Portugal / Gabinete de Estratégia e Estudos. (2024). Boletim económico — Evolução das taxas de juro nos empréstimos às empresas. Banco de Portugal.
<https://www.bportugal.pt/publicacao/boletim-economico-dezembro-2024>
- Conselho de Finanças Públicas. (2024). Relatório sobre a situação das finanças públicas e do financiamento empresarial. CFP. <https://www.cfp.pt/pt/publicacoes/sectores-das-administracoes-publicas/sector-empresarial-do-estado-e-regional-2023-2024>
- Instituto Nacional de Estatística. (2024). Índice de Preços no Consumidor — Resultados anuais 2023. INE. <https://www.ine.pt>
- Keynes, J. M. (1936). The general theory of employment, interest and money. Macmillan.
https://www.files.ethz.ch/isn/125515/1366_keynestheoryofemployment.pdf
- Blanchard, O. (2017). *Macroeconomics* <https://www.pearson.com/en-us/subject-catalog/p/macroeconomics/P200000007659/9780133790528>
- Mankiw, N. G. (2019). *Principles of Economics* <https://www.cengage.com/c/principles-of-economics-8e-mankiw/9781305585126/>